

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

---

O presente estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e evidência o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e dá base ao Projeto Básico a ser elaborado.

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

**1.1.** Inicialmente, cumpre informar que o município de Marechal Deodoro/AL foi contemplado com as ações de política pública do Governo Federal, por meio do programa do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), instrumentalizado por meio do termo de compromisso nº 968149/2024/FNDE/CAIXA (em anexo). O referido instrumento tem por objeto a construção de creche padrão FNDE , tipo II, que visa atender a educação infantil básica. Diante disso, faz-se necessária a adoção das providências destinadas a dar cumprimento ao quanto avençado entre as partes.

**1.2.** Sendo assim, a contratação de empresa especializada para construção da creche FNDE Tipo II - Manoel Alves, se faz necessária em razão da crescente demanda por vagas na Educação Infantil, associada à necessidade de ampliação e melhoria da infraestrutura educacional existente. O atual cenário da rede de ensino da educação básica evidencia a importância da execução desta obra para garantir o acesso de crianças a um ambiente adequado de aprendizagem e desenvolvimento.

**1.3.** Atualmente, a insuficiência de espaços físicos apropriados para o atendimento da primeira infância limita a oferta de vagas e compromete a capacidade do município em atender plenamente às diretrizes e políticas públicas voltadas à Educação Infantil. Nesse

contexto, a construção da nova unidade visa suprir essa demanda, proporcionando instalações seguras, funcionais e adequadas às atividades pedagógicas e de cuidado.

**1.4.** Sob a perspectiva do interesse público, a contratação contribuirá diretamente para a promoção do desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, além de apoiar as famílias, especialmente aquelas em que os responsáveis necessitam de suporte institucional para conciliar as atividades laborais com o cuidado dos filhos. Dessa forma, a iniciativa fortalece a rede municipal de ensino e promove melhorias na qualidade de vida da população, garantindo melhores condições de acesso à educação na fase inicial da formação escolar.

## **2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1.** A futura contratação possui respaldo e previsão no Plano Anual de Contratações de 2026.

## **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**3.1.** Para o serviço a ser contratado existe grande número de prestadores no mercado nacional, porquanto não existe restrição legal para a prestação dos serviços.

**3.2.** A disposição do projeto arquitetônico é de autoria do FNDE, todavia cabe ao ente federado "Recebedor" , atualizar o projeto com as alterações necessárias a viabilizar o empreendimento às condições locais da obra. Assim, a metodologia construtiva adotada segue o padrão estabelecido pelo FNDE, sendo necessárias alterações apenas nos projetos que, por razões de ordem técnica, demandem adequações específicas para adaptação ao caso concreto. Diante disso, a opção mais vantajosa é a contratação de uma empresa especializada em construção civil, com experiência comprovada em obras similares e capacidade de cumprir os prazos estabelecidos.

**3.3.** A pesquisa de mercado, para fins de estimativa de valor, que por ocasião do plano de trabalho, foi realizada em outrora, e teve como principais fontes de pesquisa o SINAPI, ORSE, SP Obras, composições próprias, dentre outras, que estão disponíveis nas peças técnicas do orçamento.

#### **4. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO/CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os requisitos incluem o cumprimento das normas técnicas e de segurança, bem como a consideração de práticas sustentáveis, como o uso de materiais e eficiência energética.

**4.1.1.1.** A contratação deverá observar os requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira previstos na lei n.º 14.133/2021, que deverão constar no Projeto Básico e posteriormente no edital de licitação, bem como observar as seguintes peculiaridades:

**4.1.1.2.** Os serviços deverão ser concluídos no prazo de 08 (oito) meses, contados da assinatura da Ordem de Serviços (O.S);

**4.1.1.3.** O contrato terá vigência de 10 (dez) meses;

**4.1.1.4.** A administração se reserva o direito de recusar todo e qualquer material ou equipamento entregue em desacordo com as especificações ou que contenham qualquer tipo de vício ou defeito;

**4.1.1.5.** O pagamento somente ocorrerá após a medição de cada etapa, com vistas ao cronograma físico e financeiro, dentro do prazo de 30 (trinta) dias;

**4.1.1.6.** O prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, conforme a legislação vigente;

**4.2.** Não será admitido a participação de empresas reunidas em consórcio. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no futuro procedimento licitatório não limitará a competitividade, pois a participação de consórcios é recomendável quando o objeto for considerado “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Assim, há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço, pois ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, consoante o art. 6º, XXII, da lei nº 14.133/2021. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da

competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

**4.3.** Será exigida a garantia de proposta de que trata o art. 58, §1º, da lei n.º 14.133/2021. A exigência de **garantia de proposta** mostra-se necessária para **mitigar a participação de licitantes aventureiros**, assegurando a seriedade das propostas e a seleção de concorrentes com efetivo compromisso com o certame. Outrossim, a adoção da garantia tem o condão de desestimular a participação de licitantes que não possuam efetiva capacidade econômico-financeira para cumprir as obrigações decorrentes do certame e mitigar riscos de abandono, desistência imotivada ou comportamento oportunista. Trata-se, portanto, de medida alinhada às diretrizes de **gestão eficiente, planejamento adequado e responsabilidade fiscal**, pilares estruturantes do regime jurídico das contratações públicas.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**5.1.** Ante a necessidade dos serviços, a equipe técnica de engenharia, prevendo futura licitação, já havia desenvolvido os projetos e orçamento, sendo baseado no levantamento de quantitativos de projeto e composição unitária de preços necessários a execução do objeto.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** O custo estimado da contratação foi baseado em pesquisa de mercado e teve como principais fonte de pesquisa o SINAPI, ORSE, SP obras, composições próprias, dentre outras, que estão disponíveis nas peças técnicas do orçamento. Assim, o preço estimado é o de R\$ 3.799.748,67 (três milhões, setecentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** Os materiais utilizados deverão ser de qualidade, duráveis e

sustentáveis, visando garantir durabilidade e eficiência dos serviços, bem como segurança da população.

**7.2.** Assim, considerando a necessidade da contratação dos serviços, a solução se dará mediante processo de licitação na modalidade Concorrência, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço global, pois melhor se adapta a natureza da obra.

**7.3.** Devido à natureza do serviço, inicialmente, não haverá necessidade de intervenções a exemplo de manutenção estrutural, caso haja necessidade, e desde que exaurido o período de garantia legal, deve-se realizar licitação para manutenção do empreendimento.

**7.4.** A solução proposta atende às necessidades dos usuários do serviço público e está conforme os princípios da sustentabilidade e acessibilidade.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Considerando a natureza indivisível dos serviços, não cabe o parcelamento da contratação, porquanto eventual parcelamento poderia trazer diversos prejuízos ao município, tais quais:

**Aumento de custos:** O parcelamento geralmente resulta em um aumento do custo total da obra, devido aos juros, taxas e encargos financeiros cobrados pelas empresas licitantes. Isso significa que o município terá que gastar mais recursos para executar os serviços, o que pode prejudicar outros investimentos importantes.

**Atraso na obra:** O parcelamento pode atrasar o início da obra, pois as empresas licitantes podem esperar a liberação das parcelas para iniciar os trabalhos. Isso significa que os serviços serão disponibilizados a longo prazo.

**Aumento da burocracia:** O parcelamento aumenta a burocracia e os custos associados à gestão da obra, como acompanhamento das parcelas, pagamentos e prestação de contas. Isso significa que a Prefeitura Municipal terá que despender mais tempo e recursos para gerenciar a obra, o que pode diminuir a eficiência da gestão pública.

**Menor controle sobre o fluxo de caixa:** O parcelamento diminui o controle da Prefeitura Municipal sobre o seu fluxo de caixa, o que pode prejudicar outros projetos e investimentos. Isso significa que a Prefeitura Municipal terá menos flexibilidade para gerenciar seus recursos financeiros, o que pode comprometer a execução de outros projetos importantes.

**8.2.** Assim, considerando, que haveria prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, a contratação não será parcelada.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**9.1.** Não existem contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar técnica ou economicamente no bom andamento e conclusão da obra.

## **10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**10.1.** Deverão ser identificados possíveis impactos ambientais, como geração de resíduos e consumo de recursos naturais. Serão adotadas medidas preventivas, como a destinação adequada de resíduos e o uso de materiais sustentáveis, visando reduzir o impacto ambiental da obra.

## **11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** Conclui-se pela viabilidade de contratação dos serviços, na medida que é considerada razoável e adequada para atender a necessidade pública identificada, contribuindo para o desenvolvimento social e segurança educacional.

**11.2.** Atesto, sob a minha responsabilidade, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e à evidência do problema a ser resolvido e da sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, quanto ao embasamento do Projeto Básico a ser elaborado.

**11.3.** Ante o exposto, submeto os estudos realizados à apreciação da Secretária Municipal de Educação, visando posterior aprovação.

Marechal Deodoro/AL, 22 de abril de 2026.

**GIVALDO HERCULANO DE OLIVEIRA**

Superintendente da Educação

**Aprovado por:**

**KAROLINE FLORA BARROS CRISÓSTOMO OLIVEIRA**

Secretária Municipal de Educação